

Do livro: JANNUZZI, Gilberta de Martino; CAIADO, Kátia Regina Moreno. APAE: 1954 a 2011 – algumas reflexões. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, n. 104).

Por: **João Henrique da Silva**

O livro “APAE: de 1954 a 2011” das autoras Gilberta Jannuzzi e Kátia Caiado traz uma grande contribuição para a literatura na área da Educação Especial, pois aborda a história da Educação Especial no Brasil, por meio da atuação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). A obra também instiga discussão sobre a política educacional e as atividades desenvolvidas pela Federação Nacional das APAES (FENAPAES) na escolarização das pessoas com deficiência que, hoje, são o público alvo da modalidade Educação Especial.

A APAE é uma instituição filantrópica criada no dia 11 de dezembro de 1954, no Rio de Janeiro, por iniciativa de familiares e amigos de pessoas com deficiência. A instituição tem por objetivo principal promover a atenção integral à pessoa com deficiência, prioritariamente aquela com deficiência intelectual e múltipla. A primeira APAE completou 60 anos de atividades em 2014. A Rede APAE, conjunto de unidades apaeanas, é representada pela Federação Nacional das APAES (FENAPAES), surgida em 1962. Essa organização social congrega atualmente mais de duas mil APAES e outras entidades congêneres, nos 26 estados brasileiros.

Como informam Jannuzzi e Caiado (2013), a Rede APAE trabalha com a educação do público atendido, na forma de rede paralela à educação regular, ou substitutiva à escolarização de alunos com deficiências em escolas públicas. As atividades dessa Rede abrangem as dimensões sociais, tais como: saúde, educação, assistência social, trabalho e lazer.

Dessa forma, pode-se depreender que é preciso investigar a atuação dessa entidade. Essa tarefa foi empreendida por Gilberta Jannuzzi e Kátia Caiado, pesquisadoras de renome da área. Gilberta é conhecida pela obra-prima “A Educação do Deficiente no Brasil – dos primórdios ao início do século XXI” (escrita em 1996, revisada 2004) e Kátia pelo livro “O Aluno deficiente no Ensino Superior” (2003).

A obra “APAE: de 1954 a 2011”, como as próprias pesquisadoras escreveram na apresentação, é um trabalho que deixa reflexões em aberto e necessitam de novas

elaboraões. Mas isso não desmerece a obra porque se trata de um estudo sério e comprometido, no qual as pesquisadoras tencionam compreender de que maneira a educação dos considerados excepcionais foi sendo construída como uma rede paralela à educação regular pela atuação da APAE. As pesquisadoras também buscaram entender os objetivos e ações da instituição desde 1954 até o ano de 2011, quando foi finalizado o estudo documental e histórico. Essa pesquisa contou com análise das atas da Federação, dos estatutos e os seguintes documentos: Projeto Águia (gestão 1998-2003), a Coleção Educação e Ação, o texto “Posicionamento do movimento apaeano em defesa da inclusão escolar de pessoas com deficiência intelectual e múltipla”, os planejamentos estratégicos dos períodos de 2006 a 2008 e de 2009 a 2011.

A análise da atuação da Rede APAE foi dividida em dois grandes períodos: de 1954 ao final da década de 1980; de meados da década de 1990 a 2011. A reflexão sobre a Rede abrange os seguintes eixos: organização institucional, conceito de deficiente, APAE x Educação, APAE x governo, APAE x sociedade, APAE x trabalho.

No primeiro período, as autoras destacam que as instituições apaeanas tinham preocupação de se profissionalizar administrativamente, mas seu atendimento caracterizava-se por atender as pessoas com deficiência de forma caritativa. O modelo de atendimento era reabilitador, de cunho integracionista, no qual a Rede APAE era um dos ambientes que forneciam assistência na área da saúde, educação, trabalho e lazer para as pessoas com deficiência. Diversos programas buscavam cumprir essa assistência, uma vez que o Estado transferia essas responsabilidades para as iniciativas particulares.

As autoras identificaram que se trata de um movimento elaborado e dirigido pela elite letrada com acesso ao poder público. São pessoas sensíveis aos problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência. Por isso, tem o mérito, desde sua fundação, de elaborar diversas ações para dar assistência a essas pessoas. A APAE também se porta, nesse primeiro período, como informadora, esclarecedora, agremiadora de instituições congêneres na organização da FENAPAES. A APAE parte do conceito da deficiência associado ao termo excepcional de Helena Antipoff, elaborado em 1930. Depois centrou no indivíduo que apresenta perda ou alteração orgânica.

Inclusive, Jannuzzi e Caiado (2013) levantam que as APAES se colocaram como entidade privada de duração indeterminada e não exigiram a responsabilidade do governo e da sociedade em relação ao alunado no começo de suas atividades, porém, solicitavam apoio financeiro a esses segmentos. A instituição APAE estava mais preocupada com a educação informal, sem explicitar as peculiaridades da população a ser atendida. Essa educação visava promover o bem-estar e o ajustamento social dos indivíduos

considerados excepcionais de todas as idades, em qualquer lugar que estivessem. Desse modo, a formação do futuro trabalhador estava centrada nas condições oferecidas e de acordo com a sua produtividade, ou seja, trabalhos artesanais e atividades taylorizadas.

Já no segundo período, de 1990 a 2011, o movimento apaeano se concentrou na sua organização gerencial, estruturando-se burocraticamente e ampliando meios para garantir sua manutenção. Assim, o objetivo desse movimento traduziu-se em diversos programas, projetos e ações, tais como: Projeto Águia, APAE Inteligente, Posicionamento do movimento apaeano em defesa da inclusão escolar de pessoas com deficiências intelectual e múltipla, Coleção Educação e Ação (APAE Educadora – a escola que buscamos: propostas orientadoras das ações educacionais), entre outros.

De caráter empresarial, esses programas destinavam-se, principalmente, aos dirigentes e profissionais que atuavam na Rede APAE, tendo por objetivo capacitá-los nas dimensões sociais em que trabalhavam. A FENAPAES estava preocupada com a eficiência institucional diante dos novos desdobramentos políticos e educacionais do país, a partir da década de 1990.

Jannuzzi e Caiado (2013) observaram que a direção do movimento permaneceu com a elite letrada com trânsito no governo. A Federação procurava meios para garantir sua autosustentação, mas também captar recursos públicos em diversos setores dos entes federativos. O conceito de deficiente estava direcionado para a deficiência em geral, em outros momentos, restringiu-se aos portadores de deficiência mental e as outras deficiências associadas. Esse conceito estava vinculado à concepção filosófica adotada por cada unidade, quais sejam, a segregacionista-assistencialista, a integrativa-adaptadora, a inclusiva-transformadora. Esta última constituiu-se no objetivo da Federação a ser consolidado em todas as unidades.

Assim, a pessoa com deficiência poderia ser escolarizada nas APAES, quando a Federação conseguisse o reconhecimento legal das entidades como escolas institucionais, sob sua jurisdição. Para isso, foram escritos diversos programas ou projetos para organizar e orientar as entidades na sua transformação em escolas.

Essas orientações dependiam de como as APAES se relacionavam com o governo, uma vez que se baseavam em certas concepções filosóficas, já referidas acima. Algumas dessas concepções entendiam como não necessário o envolvimento do poder público, outras trabalhavam para que existisse esse envolvimento até como um dos objetivos da APAE, já outras ainda concebiam que era dever do poder público o repasse de verbas e o estabelecimento de convênios em prol de sua manutenção. Aliás, essas concepções influenciavam o relacionamento das entidades com a sociedade e a definição

de trabalho. A FENAPAES considerava que os empresários deveriam ser obrigados a abrir vagas para os excepcionais e oferecer condições de acessibilidade para o trabalho. Essa proposta foi conquistada como direito as pessoas com deficiência, principalmente, pelas pressões de agências multilaterais internacionais.

No final do livro, Jannuzzi e Caiado fazem algumas reflexões, a guisa de considerações finais, porque entendem a limitação das análises circunscritas aos documentos citados. Essas reflexões sintetizam a atuação da Rede APAE de 1954 a 2011, contemplando os eixos descritos anteriormente, mas enfatizando a questão da educação escolar. Para elas, essa educação deve ser política, pública e social. O Estado deve se responsabilizar com um atendimento integral e, principalmente, garantir um conhecimento sistematizado para que a pessoa com deficiência seja educada como cidadão (sujeito de direitos e deveres) e preparado com qualidade para o mercado de trabalho.

As reflexões e os dados discutidos pelas pesquisadoras foram redigidos com uma linguagem acessível ao público leigo, permitindo uma compreensão histórica e política do movimento apaeano no Brasil. O texto tem coesão, coerência e está bem estruturado. Embora o livro possa ser feito numa leitura rápida, possui profundidade nas análises, que requer um olhar atento e cuidadoso na leitura, a fim de perceber o quanto as minúcias dos trabalhos desenvolvidos pela Federação articulam-se ao contexto nacional e interferem na vida das pessoas com deficiência. Salienta-se que as autoras tiveram um tratamento respeitoso com os documentos e as atividades da FENAPAES. O comprometimento delas foi o de desvelar os objetivos e ações de uma instituição reconhecida internacionalmente e pelo Poder Público brasileiro e a sociedade em geral.

Em suas análises, as autoras deram especial atenção ao uso das terminologias empregadas pela Federação, propiciando entender a concepção de homem e de mundo ao longo do tempo por essa instituição filantrópica, no período estudado. Essa reflexão é importante porque os conceitos e os significados das palavras são produzidos pelas ideologias em dominância. A hegemonia vigente monopoliza os significados, significantes e signos para garantir a manutenção da ordem vigente. Nesse sentido, percebe-se que o discurso da FENAPAES objetiva a permanência das suas unidades apaeanas, de caráter filantrópico e assistencial, serem financiadas pelo Poder Público. O discurso da Federação articula-se com os desdobramentos da política educacional, como bem demonstrado pelas pesquisadoras. Em ambos os períodos de análise, elas articularam os dados com as leis promulgadas, as deliberações do Conselho Nacional e em outros documentos normativos. Jannuzzi e Caiado (2013), deixaram evidente a relação do

Estado com a Federação, instigando outros pesquisadores a aprofundarem estudos sobre a temática.

Dessa forma, a obra afina-se com a proposta da Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, que propõe uma discussão aberta a respeito das questões polêmicas e atuais sobre a educação. Os eixos trabalhados na obra permitem ao leitor fazer diversas inferências e problematizações acerca das ideias desenvolvidas pelas autoras. Novos estudos precisam ser empreendidos para analisar outros documentos da FENAPAES, tais como: A Rede APAE no Brasil, a Visão Financeira da FENAPAES, o Regimento Interno da FENAPAES (2008), o Estatuto da Federação Nacional das APAES (2011), o Manual de Formação de Autodefensores (FENAPAES-MG), o Projeto Águia da gestão de 2009 a 2011, o Projeto Sinergia, a Revista Mensagem da APAE e a Revista APAE Ciência, entre outros documentos institucionais.

O livro “APAE: de 1954 a 2011”, portanto, traduz novas possibilidades de pesquisa sobre as APAES e a FENAPAES numa perspectiva política e histórica. Além de trazer contribuições para a produção do conhecimento, do diálogo institucional entre as unidades apaeanas, com as escolas públicas e com o Estado, bem como a efetivação do direito à educação das pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

Submetido em 15/01/2015, aprovado em 02/05/2016.